

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026	9
DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	10
Demonstração de Valor Adicionado	11
Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	17
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	38
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	39

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	40
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	41
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	42
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	43

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	39.091.735
Preferenciais	0
Total	39.091.735
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	8.876.675	9.107.164
1.01	Ativo Circulante	2.367.543	2.669.678
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	328.939	501.221
1.01.02	Aplicações Financeiras	91	88
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	91	88
1.01.02.03.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	91	88
1.01.03	Contas a Receber	1.299.706	1.422.749
1.01.03.01	Clientes	1.299.706	1.301.572
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	121.177
1.01.03.02.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	121.177
1.01.04	Estoques	59.974	52.829
1.01.06	Tributos a Recuperar	361.371	338.817
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	361.371	338.817
1.01.06.01.01	Imposto de renda e Contribuição social a compensar	208.219	203.722
1.01.06.01.02	Outros tributos compensáveis	153.152	135.095
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	317.462	353.974
1.01.08.03	Outros	317.462	353.974
1.01.08.03.01	Cauções e depósitos vinculados	130	130
1.01.08.03.02	Ativos financeiros setoriais	76.019	122.277
1.01.08.03.03	Outros créditos	241.313	231.567
1.02	Ativo Não Circulante	6.509.132	6.437.486
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.697.490	5.580.231
1.02.01.04	Contas a Receber	5.158.847	5.012.754
1.02.01.04.01	Consumidores e concessionárias	11.135	12.558
1.02.01.04.02	Ativos da concessão	638.932	662.855
1.02.01.04.03	Ativo financeiro indenizável	4.508.780	4.337.341
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	538.643	567.477
1.02.01.10.03	Imposto de renda e Contribuição social a compensar	41.937	41.449
1.02.01.10.04	Outros tributos compensáveis	169.739	172.979
1.02.01.10.05	Cauções e depósitos vinculados	172.210	168.709
1.02.01.10.06	Ativos financeiros setoriais	107.067	137.636
1.02.01.10.07	Outros créditos	47.690	46.704
1.02.02	Investimentos	956	956
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	956	956
1.02.03	Imobilizado	83.917	62.935
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	83.917	62.935
1.02.04	Intangível	726.769	793.364
1.02.04.01	Intangíveis	726.769	793.364

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	8.876.675	9.107.164
2.01	Passivo Circulante	2.953.989	3.497.413
2.01.02	Fornecedores	609.731	701.956
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	609.731	701.956
2.01.03	Obrigações Fiscais	204.850	198.372
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	70.040	68.040
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	3.217	0
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	66.823	68.040
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	129.365	125.072
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	5.445	5.260
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	610.080	941.625
2.01.04.02	Debêntures	610.080	941.625
2.01.05	Outras Obrigações	1.462.771	1.535.590
2.01.05.02	Outros	1.462.771	1.535.590
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	953.584	931.334
2.01.05.02.04	Encargos setoriais	66.024	65.563
2.01.05.02.06	Passivos financeiros setoriais	295.145	372.601
2.01.05.02.07	Outras contas a pagar	148.018	139.959
2.01.05.02.08	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	26.133
2.01.06	Provisões	66.557	119.870
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	66.557	64.715
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	64.715	64.715
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	1.842	0
2.01.06.02	Outras Provisões	0	55.155
2.01.06.02.04	Outras Provisões	0	55.155
2.02	Passivo Não Circulante	4.777.554	4.583.151
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.191.397	3.999.838
2.02.01.02	Debêntures	4.191.397	3.999.838
2.02.02	Outras Obrigações	139.966	159.843
2.02.02.02	Outros	139.966	159.843
2.02.02.02.04	Outros tributos a recolher	98.547	98.699
2.02.02.02.10	Outras contas a pagar	41.419	61.144
2.02.03	Tributos Diferidos	21.720	31.430
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	21.720	31.430
2.02.04	Provisões	424.471	392.040
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	424.471	392.040
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	60.064	59.612
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	29.811	28.129
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	47.835	75.918
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	197.816	196.074
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	54.942	0
2.02.04.01.06	Outras Provisões	34.003	32.307
2.03	Patrimônio Líquido	1.145.132	1.026.600
2.03.01	Capital Social Realizado	596.669	596.669
2.03.02	Reservas de Capital	77.687	77.687

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	77.687	77.687
2.03.04	Reservas de Lucros	596.668	596.668
2.03.04.01	Reserva Legal	119.334	119.334
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	477.334	477.334
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	108.906	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-234.798	-244.424

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.578.661	1.560.840
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.148.165	-1.083.619
3.02.01	Custo com energia elétrica	-861.387	-785.498
3.02.02	Custo de operação	-152.657	-145.969
3.02.03	Custo do serviço prestado a terceiros	-134.121	-152.152
3.03	Resultado Bruto	430.496	477.221
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-102.971	-93.232
3.04.01	Despesas com Vendas	-26.446	-15.956
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-59.544	-56.510
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-59.544	-56.510
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-16.981	-20.766
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	327.525	383.989
3.06	Resultado Financeiro	-140.196	-118.173
3.06.01	Receitas Financeiras	44.746	59.044
3.06.02	Despesas Financeiras	-184.942	-177.217
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	187.329	265.816
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-51.454	-90.904
3.08.01	Corrente	-66.266	-86.075
3.08.02	Diferido	14.812	-4.829
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	135.875	174.912
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	135.875	174.912
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,00348	0,00447
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,00348	0,00447

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	135.875	174.912
4.02	Outros Resultados Abrangentes	9.626	6.293
4.02.01	Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego	14.584	9.535
4.02.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-4.958	-3.242
4.03	Resultado Abrangente do Período	145.501	181.205

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	178.792	158.564
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	423.275	442.745
6.01.01.01	Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	187.329	265.816
6.01.01.03	Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	26.446	15.956
6.01.01.05	Ganhos e perdas na alienação/desativação de bens e direitos	-49	2.474
6.01.01.06	Ativos e passivos financeiros setoriais	-596	12.642
6.01.01.07	Valor justo do ativo financeiro indenizável	-48.131	-71.464
6.01.01.08	Depreciações e amortizações	69.708	65.075
6.01.01.09	Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	5.605	5.601
6.01.01.11	Fornecedores - atualização monetária	409	305
6.01.01.12	Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	170.173	133.285
6.01.01.13	Provisão para plano de benefícios pós-emprego	2.762	2.672
6.01.01.14	Provisão (reversão) e atualização monetária para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	12.685	16.813
6.01.01.16	Encargos setoriais - provisão e atualização monetária	5.847	5.408
6.01.01.17	Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	-3.279	-3.448
6.01.01.18	Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	-6.603	-111
6.01.01.20	Outros	969	-8.279
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-244.483	-284.181
6.01.02.01	Consumidores e concessionárias	-23.982	-33.682
6.01.02.02	Ativos financeiros setoriais	103.208	-7.563
6.01.02.03	Imposto de renda e contribuição social a compensar	15.455	61.535
6.01.02.04	Outros tributos compensáveis	-14.817	-18.951
6.01.02.05	Cauções e depósitos vinculados	-222	9.999
6.01.02.06	Passivos financeiros setoriais	-103.241	-36.802
6.01.02.07	Outros ativos operacionais	-10.726	-6.713
6.01.02.08	Fornecedores	-92.634	-70.422
6.01.02.09	Imposto de renda e contribuição social a recolher	-77.623	-63.385
6.01.02.10	Outros tributos a recolher	3.111	-2.386
6.01.02.11	Benefícios pós-emprego	-16.261	-15.347
6.01.02.12	Encargos setoriais	-5.386	-1.146
6.01.02.13	Provisões	-4.220	-5.022
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	0	-56.982
6.01.02.16	Outros passivos operacionais	-11.123	-39.633
6.01.02.17	Estoques	-7.145	1.677
6.01.02.18	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.123	642
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-133.360	-150.022
6.02.02	Adições aos Ativos da concessão	-133.357	-149.973
6.02.04	Títulos e valores mobiliários	-3	-49
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-217.714	-487.505
6.03.04	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	350.034	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.03.05	Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	-519.449	-382.906
6.03.06	Pagamentos de encargos de dívidas líquido de derivativos	-46.358	-93.920
6.03.07	Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos	-1.941	-10.679
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-172.282	-478.963
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	501.221	875.622
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	328.939	396.659

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	596.669	77.687	596.668	0	-244.424	1.026.600
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	596.669	77.687	596.668	0	-244.424	1.026.600
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-26.969	0	-26.969
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-26.969	0	-26.969
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	135.875	9.626	145.501
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	135.875	0	135.875
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	0	9.626	9.626
5.05.03.06	Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós-emprego	0	0	0	0	14.584	14.584
5.05.03.07	Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0	0	0	-4.958	-4.958
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	596.669	77.687	596.668	108.906	-234.798	1.145.132

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	596.669	77.687	596.668	0	-207.013	1.064.011
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	596.669	77.687	596.668	0	-207.013	1.064.011
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	174.912	6.293	181.205
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	174.912	0	174.912
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	6.293	6.293
5.05.02.06	Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós-emprego	0	0	0	0	9.535	9.535
5.05.02.07	Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0	0	0	-3.242	-3.242
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	596.669	77.687	596.668	174.912	-200.720	1.245.216

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
7.01	Receitas	2.599.429	2.406.818
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.442.500	2.198.955
7.01.02	Outras Receitas	183.375	223.819
7.01.02.01	Receita de Construção	134.121	152.031
7.01.02.02	Atualização do Ativo financeiro indenizável	48.131	71.464
7.01.02.03	Outras Receitas	1.123	324
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-26.446	-15.956
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.177.817	-1.113.085
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-716.051	-622.402
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-66.149	-63.581
7.02.04	Outros	-395.617	-427.102
7.02.04.01	Encargos de uso da rede elétrica	-229.201	-240.066
7.02.04.02	Outros Custos Operacionais	-32.295	-35.005
7.02.04.03	Custo com construção da infraestrutura	-134.121	-152.031
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.421.612	1.293.733
7.04	Retenções	-73.559	-69.079
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-73.559	-69.079
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.348.053	1.224.654
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	46.908	61.047
7.06.02	Receitas Financeiras	46.908	61.047
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.394.961	1.285.701
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.394.961	1.285.701
7.08.01	Pessoal	57.802	53.754
7.08.01.01	Remuneração Direta	36.514	34.451
7.08.01.02	Benefícios	16.410	15.340
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.878	3.963
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.013.710	877.935
7.08.02.01	Federais	606.594	527.770
7.08.02.02	Estaduais	402.261	345.477
7.08.02.03	Municipais	4.855	4.688
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	187.574	179.100
7.08.03.01	Juros	184.942	177.217
7.08.03.02	Aluguéis	2.632	1.883
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	135.875	174.912
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	26.969	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	108.906	174.912

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO 3M26 – EDP SÃO PAULO

Comentário do Desempenho

São Paulo, 31 de março de 2026 - A EDP São Paulo apresenta nesta data os seus resultados financeiros no acumulado dos três primeiros meses de 2026 ("acumulado"). As informações estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais do Relatório Financeiro (IFRS), a partir de informações financeiras revisadas por auditores independentes. As informações operacionais, tais como: valores de energia medida, clientes e outras informações quantitativas não financeiras não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

A COMPANHIA

A EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A. (EDP São Paulo ou EDP SP), sociedade anônima de capital aberto, tem por objetivo a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, a partir de 23 de outubro de 1998, conforme contrato de concessão, firmado naquela data. A partir de abril de 2005 passou a ser subsidiária integral da EDP – Energias do Brasil S.A. A sua sede está localizada na cidade de São Paulo, maior centro econômico-financeiro da América Latina. Atua em 28 municípios do Estado de São Paulo, especificamente nas regiões do Alto Tietê, Vale do Paraíba e Litoral Norte, abrangendo cerca de 4,6 milhões de habitantes, compreendidos entre 2,6 milhões no Alto Tietê e 2,0 milhões no Vale do Paraíba e Litoral Norte.

MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

Balanço Energético (MWh)

EDP SP	3M26	3M25	Var
Itaipu + Proinfa	465.553	480.677	-3,1%
Leilão	1.868.784	1.924.828	-2,9%
Outros	2.965	2.821	5,1%
Energia em Trânsito	2.517.001	2.453.002	2,6%
Total Energia Recebida	4.854.303	4.861.327	-0,1%
Perdas Transmissão (+)	47.617	50.018	-4,8%
Perdas de Itaipu (+)	24.197	25.054	-3,4%
Vendas C.Prazo (-)	-69.063	60.878	-213,4%
Ajustes C.Prazo (-)	137.521	116.632	17,9%
Total Perdas	3.356	-102.437	-103,3%
Cessões MCSD Energia Nova (+)	-32.602	-72.575	-55,1%
Total Vendas	-32.602	-72.575	-55,1%
Energia Requerida	4.883.548	5.036.340	-3,0%
Suprimento	14.687,51	4.986,70	194,5%
Fornecimento	1.959.761	2.021.029	-3,0%
Perdas e Diferenças	326.966	412.139	-20,7%
Energia em Trânsito	2.517.001	2.453.002	2,6%
Total Energia Injetada	4.818.415	4.891.156	-1,5%

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO 3M26 – EDP SÃO PAULO

Comentário do Desempenho

EDP SP	Volume (MWh)			Clientes (Unidades)		
	Acumulado até o mês			No mês		
	2026	2025	Var. %	2026	2025	Var. %
Residencial	1.280.602	1.282.874	-0,2%	2.038.865	2.001.821	1,9%
Industrial	1.921.292	1.957.187	-1,8%	7.813	7.933	-1,5%
Livre	1.838.571	1.844.464	-0,3%	1.092	896	21,9%
Cativo	82.722	112.723	-26,6%	6.721	7.037	-4,5%
Comercial	876.205	881.730	-0,6%	156.724	154.708	1,3%
Livre	435.472	396.578	9,8%	1.421	1.144	24,2%
Cativo	440.733	485.152	-9,2%	155.303	153.564	1,1%
Rural	13.336	14.502	-8,0%	4.940	5.091	-3,0%
Outros	400.014	391.157	2,3%	16.684	16.455	1,4%
Livre	244.210	212.016	15,2%	158	99	59,6%
Cativo	155.804	179.142	-13,0%	16.526	16.356	1,0%
Distribuidoras/Geração	117.044	114.681	2,1%	27	25	8,0%
Energia Distribuída	4.491.449	4.527.450	-0,8%	2.225.026	2.186.008	1,8%
Livre	2.518.937	2.453.002	2,7%	2.671	2.139	24,9%
Cativo	1.972.512	2.074.449	-4,9%	2.222.355	2.183.869	1,8%

¹ Outros = Poder público + Iluminação pública + Serviço público.

A EDP SP apresentou recuo de 0,8% na energia distribuída no acumulado, resultante de menores temperaturas e menor consumo de grandes clientes.

Residencial: em linha comparado à 2025, por menores temperaturas compensando efeitos de melhora no desempenho econômico (menor desemprego e maior massa de renda).

Comercial: em linha comparado à 2025, por menores temperaturas compensando efeitos de melhora no desempenho econômico (menor desemprego e maior massa de renda).

Industrial: menor em 1,8% principalmente por menor consumo dos clientes Gerdau, Suzano e Petrobrás (ambos autoprodutores).

Outros¹: aumento de 2,3%, principalmente por maior consumo da SABESP por entrada em operação de novas unidades de grande porte e média tensão.

ANÁLISE DO DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

EDP São Paulo			
Demonstrativo de Resultados (R\$ mil)	3M26	3M25	Var
Receita Operacional Líquida	1.444.540	1.408.809	2,5%
Receita com construção da infraestrutura	134.121	152.031	-11,8%
Gastos Não Gerenciáveis	(861.387)	(785.498)	9,7%
Margem Bruta	583.153	623.311	-6,4%
Gastos Gerenciáveis	(389.749)	(391.353)	-0,4%
Total do PMSO ¹	(142.493)	(137.525)	3,6%
Ganhos e Perdas na Desativação e Alienação de Bens	(13.080)	(17.171)	-23,8%
Custo com Construção da Infraestrutura	(134.121)	(152.031)	-11,8%
EBITDA	397.233	449.064	-11,5%
Margem EBITDA	27,5%	31,9%	-13,7%
Resultado do Serviço (EBIT)	327.525	383.989	-14,7%
Resultado Financeiro Líquido	(140.196)	(118.173)	18,6%
LAIR	187.329	265.816	-29,5%
IR e Contribuição Social	(51.454)	(90.904)	-43,4%
Lucro Líquido	135.875	174.912	-22,3%

¹ PMSO com Provisão

A **Margem Bruta** foi de R\$ 583 milhões, menor em 6% frente a 2025, considerando os itens da tabela abaixo:

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO 3M26 – EDP SÃO PAULO

Comentário do Desempenho

	EDP SP 1T		
	2026	2025	Var
VNR	48.131	71.464	(23.333)
Perdas	9.651	744	8.907
Sobre/MVE	-	-	-
Mercado	5.694	-	5.694
Efeito Tarifa	-	-	-
Outros Efeitos	-	-	(30.815)

O PMSO foi de R\$ 142 milhões, aumento de 3,6% principalmente por reajustes contratuais, ACT e crescimento vegetativo.

Pelos efeitos acima mencionados o **EBITDA** foi de R\$ 397 milhões, abaixo em 11,5%.

O **Resultado Financeiro** foi negativo em R\$ 140 milhões, aumento de 18,6%, principalmente por maiores encargos de dívida.

O **Lucro Líquido** foi de R\$ 136 milhões, menor em 22,3% frente ao ano anterior, devido aos efeitos mencionados anteriormente.

ENDIVIDAMENTO

	dez/25	mar/26	Var
Dívida Bruta (R\$ mil)	4.846.419	4.801.477	-0,9%
Caixa e Equivalente de Caixa (R\$ mil)	501.221	329.030	-34,4%
Dívida Líquida (R\$ mil)	4.345.198	4.472.447	2,9%
Dívida Líquida / EBITDA	3,10	4,36	40,7%

¹ Dívida Bruta = Empréstimos, financiamentos, notas promissórias e encargos de dívidas + debêntures

A dívida bruta foi de R\$ 4,8 bilhões, sendo relacionadas às debêntures.

INVESTIMENTO

Os investimentos totalizam R\$ 134 milhões, com destaque para expansão de linhas, subestações e redes de distribuição para novos clientes, representando 46% do investimento do período.

Investimentos (R\$ milhões)	3M26	3M25	Var
Expansão do Sistema Elétrico	62,1	68,5	-9%
Melhoramento da Rede	32,5	28,6	14%
Telecom., Informática e Outros	9,8	16,9	-42%
Perdas	43,3	41,6	4%
Subtotal¹	147,8	155,5	-5%
(-) Obrigações Especiais ²	-13,6	-3,5	293%
Investimento Líquido	134,1	152,0	-11,8%

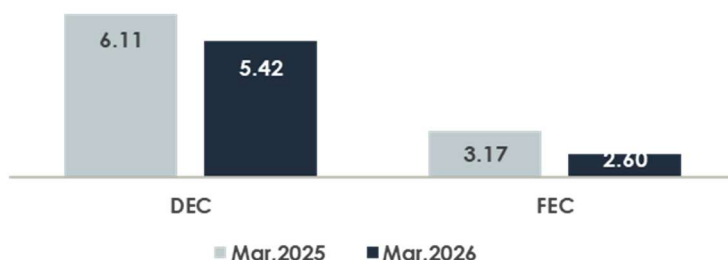
¹ Sub Total = Capex Bruto, considerando Capital investido na rede + Juros capitalizados

² Participação financeira de clientes, sejam eles pessoas físicas, jurídicas, união, estado e municípios nos projetos de investimentos

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO 3M26 – EDP SÃO PAULO**Comentário do Desempenho****INDICADORES DE QUALIDADE DO SERVIÇO**

O DEC ficou abaixo da meta regulatória estabelecida pela ANEEL, registrando o valor de 5,42 horas, redução de 1,32 hora. O FEC também se manteve abaixo dos padrões de qualidade estabelecidos pela ANEEL, atingindo 2,60 vezes, 2,53 vezes abaixo.

Essa redução decorre das ações de melhoria, que envolvem as manutenções preventivas e a utilização de plataformas digitais para as equipes de campo

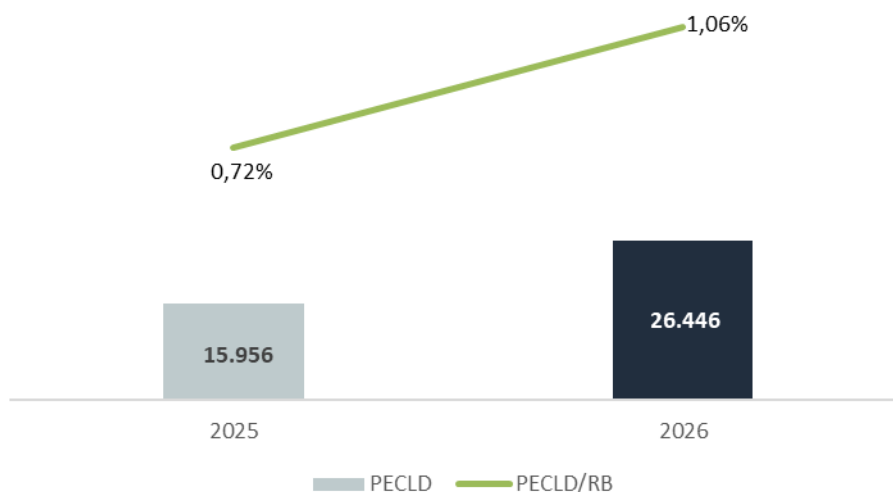


Meta Anual Regulatória ANEEL para o ano de 2025
EDP SP: DEC: 6.86 / FEC: 5.21

PECLD – PERDA ESTIMADA EM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA E INADIMPLÊNCIA

O resultado do primeiro trimestre de 2026 foi de R\$ 21 milhões, representando um aumento de R\$ 5 milhões em comparação ao mesmo período de 2025.

A PECLD/Receita Bruta foi de 1,30%.



COMENTÁRIO DE DESEMPENHO 3M26 – EDP SÃO PAULO**Comentário do Desempenho****PERDAS DE ENERGIA**

Perdas Acumuladas em 12 meses (GWh ou %)						
	mar.25	jun.25	set.25	dez/25	mar/26	ANEEL
Perdas Totais	7.04%	7.12%	7.06%	6.96%	6.80%	7.35%

Os investimentos, nos últimos dois anos, relacionados ao combate às perdas tem apresentado resultados relevantes, com energização de novas subestações e as obras de melhorias na rede de distribuição impactaram positivamente na redução das perdas técnicas.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



1

Contexto operacional

A EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A. (Companhia ou EDP São Paulo), é uma sociedade anônima de capital aberto, concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede no município de São Paulo - SP. A Companhia detém o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 202/98 - ANEEL, pelo prazo de 30 anos, válidos até outubro de 2028 e atua em 28 municípios do Estado de São Paulo, especificamente nas regiões do Alto do Tietê, Vale do Paraíba e Litoral Norte. As atividades da Companhia são regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

2

Base de preparação

2.1

Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Trimestrais – ITR e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis intermediárias.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro (Nota 23.2.2.2.1). Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

O Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações contábeis intermediárias em 06 de maio de 2026.

Estas demonstrações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social em 31 de dezembro de 2025.

Algumas notas explicativas não estão sendo apresentadas devido a variações não serem relevantes comparadas às informações já divulgadas nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2025. Consequentemente, estas demonstrações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais divulgadas à CVM em 25 de fevereiro de 2026. Segue abaixo a relação das notas explicativas nessa situação:

Número da nota explicativa em 31/12/2025	Título da nota explicativa	Justificativa
2	Concessão	(a)
3.7	Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes	(a)
8.6	Parcelamentos	(b)
11	Estoques	(b)
12	Cauções e depósitos vinculados	(b)
20	Encargos setoriais	(b)
22.2	Destinação do lucro	(a)
22.3	Reservas	(a)
22.3.1	Retenção de lucros	(a)
22.3.2	Lucros do exercício à deliberar	(b)
22.4	Outros resultados abrangentes	(b)
28.1.1.1	Ativos financeiros	(c)
28.1.1.2	Passivos financeiros	(c)
28.1.2	Valor Justo	(c)
28.1.2.1	Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros	(c)
30.2	Garantias	(b)
31	Cobertura de seguros	(b)

(a) Nota explicativa idêntica à divulgada nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

(b) Não houve alteração no contexto da nota explicativa, sendo as variações dos valores referentes ao período findo em 31 de março de 2026 em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, consideradas imateriais pela Administração da Companhia.

(c) Não houve alteração no contexto da nota explicativa, desta forma, os textos não estão sendo apresentados.

2.2

Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3

Base de mensuração

As demonstrações contábeis intermediárias foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto: (i) determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 23.1.1; e (ii) os ativos e passivos líquidos de benefício definido que são reconhecidos a valor justo, com limitação de reconhecimento do superávit atuarial (Nota 15).

2.4

Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto à redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações contábeis intermediárias, nos próximos períodos, estão descritas na nota explicativa 3.4 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

2.5

Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6

Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Ativos financeiros e contratuais

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Atualmente, a rubrica que apresenta saldos de redução ao valor recuperável é a de Consumidores e concessionárias e, para mais informações sobre os critérios e premissas, vide nota 5.5.

Ativo não financeiro

Os ativos não financeiros são revisados anualmente ou com maior periodicidade, se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Para o período findo em 31 de março de 2026 não houve indicação, seja por meio de fontes internas ou externas de informação, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, no período citado, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável.

A Companhia monitora trimestralmente a ocorrência de eventos que possam alterar significativamente o teste de recuperabilidade.

3 Eventos significativos no período

3.1 Reforma Tributária sobre o Consumo

A Emenda Constitucional nº 132/2023 instituiu a Reforma Tributária sobre o Consumo no Brasil, posteriormente regulamentada, em especial, pela Lei Complementar nº 214/2025, que disciplinou a CBS, o IBS e o Imposto Seletivo, e pela Lei Complementar nº 227/2026, que instituiu o Comitê Gestor do IBS (CGIBS) e tratou de aspectos de governança, administração e coordenação do novo tributo subnacional.

A reforma prevê a substituição gradual da Contribuição para o PIS/Pasep, da COFINS, do ICMS, do ISSQN e, em grande medida, do IPI, pela Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS (de competência da União), pelo Imposto sobre Bens e Serviços – IBS (de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios) e pelo Imposto Seletivo – IS, observando modelo de tributação no destino e não cumulatividade ampla. A transição para esse novo regime ocorrerá de forma escalonada até 2033.

No exercício de 2026, iniciou-se a fase de transição operacional do novo sistema, com as alíquotas de referência de 0,9% para a CBS e 0,1% para o IBS, totalizando 1%, conforme a regulamentação já publicada. Trata-se, contudo, de um ano de caráter predominantemente educativo, de adaptação e testes, em que a operacionalização dos novos tributos depende da evolução dos regulamentos infralegais e da implementação das obrigações acessórias correspondentes. Nessa fase, eventual recolhimento do montante-teste pode ser compensado na forma prevista na legislação, sem representar, em princípio, aumento de carga tributária.

Além disso, o Ato Conjunto RFB/CGIBS nº 1, de 23 de dezembro de 2025, estabeleceu mecanismo de adaptação gradual às obrigações acessórias do IBS e da CBS no ano de 2026, prevendo que os contribuintes terão três meses, contados da publicação dos regulamentos, para adaptação, sem necessidade de recolhimento do IBS e da CBS e sem aplicação de penalidades. Também foi previsto que, até o primeiro dia do quarto mês subsequente à publicação desses regulamentos, não haverá penalidade pelo não preenchimento dos campos específicos dos novos tributos nos documentos fiscais eletrônicos. Assim, o ambiente normativo ainda se encontra em evolução, com caráter transitório e de acomodação operacional.

No âmbito da documentação fiscal eletrônica, já haviam sido publicadas notas técnicas e orientações para adequação dos leiautes da NF-e, NF3-e e da NFS-e e de outros documentos eletrônicos ao novo regime. No caso específico da NFS-e, a Nota Técnica SE/CGNFS-e nº 004, em sua versão 2.0, esclareceu que as validações de obrigatoriedade dos grupos “IBSCBS” permaneceriam suspensas nos ambientes de produção restrita e produção, de modo que a ausência dessas informações não impediria, naquele momento, a autorização ou recepção dos documentos fiscais. Isso reforça que, na data-base de 31 de março de 2026, o processo ainda estava em fase de implantação e estabilização tecnológica.

Dessa forma, em 31 de março de 2026, embora a Reforma Tributária sobre o Consumo já esteja formalmente em vigor em sua fase inicial, os tributos atualmente incidentes sobre o consumo, nomeadamente PIS, COFINS, ICMS e ISSQN, permanecem aplicáveis, assim como suas obrigações principais e acessórias, uma vez que a substituição plena pelos novos tributos ocorrerá de forma progressiva ao longo do período de transição. Em particular, a extinção de PIS/COFINS está prevista para 2027, enquanto a substituição do ICMS e ISSQN pelo IBS ocorrerá de maneira gradual entre 2029 e 2032, com consolidação do novo modelo em 2033.

Nesse contexto, a Companhia vem desenvolvendo ações de preparação para o novo regime, abrangendo, entre outras frentes: (i) revisão de cadastros tributários e fiscais; (ii) adequação de sistemas, ERPs e mensagens fiscais aos novos leiautes e campos relacionados ao IBS/CBS; (iii) testes de emissão e recepção de XMLs; e (iv) avaliação de impactos em contratos, processos e políticas tributárias. Considerando, entretanto, o estágio de regulamentação e implementação verificado em 31 de março 2026, tais iniciativas devem ser compreendidas como parte de um processo contínuo de adaptação, e não como conclusão definitiva de todas as medidas requeridas pelo novo modelo.

Ao longo do período de transição, as entidades deverão continuar avaliando os impactos da reforma sobre a mensuração, apresentação e recuperabilidade de ativos e passivos tributários, inclusive créditos acumulados vinculados ao regime anterior, à medida que avancem a regulamentação complementar, a definição operacional das obrigações acessórias e a maturação dos sistemas arrecadatórios e documentais do IBS e da CBS.

3.2 Renovação da concessão - Decreto nº 12.068 de 20 de junho de 2024

O Decreto nº 12.068, de 20 de junho de 2024, regulamentou a licitação e a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica (“Decreto”). Entre as diretrizes do Decreto, destacam-se: a prorrogação, por um período de 30 anos, sem onerosidade, às concessões de distribuição que atendem aos critérios mínimos de qualidade de serviço e sustentabilidade financeira; e a possibilidade de antecipação dos efeitos da prorrogação desde que requerida a prorrogação no prazo de trinta dias, contado da publicação da minuta do termo aditivo ao contrato de concessão. As regras são válidas para os contratos com vencimento entre 2025 e 2031. A Companhia protocolou junto a ANEEL o pedido de renovação da concessão, que segue o rito antecipado.

A concessão da Companhia apresenta indicadores de qualidade de serviço e de solidez financeira compatíveis com os critérios estabelecidos pelo Decreto e poderão ter seus prazos prorrogados por 30 anos, até outubro de 2058.

Em conformidade com as diretrizes do Decreto, a ANEEL, em 15 de outubro de 2024, abriu a Consulta Pública 27/2024, cujo objetivo foi discutir a minuta do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para a prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica, formalizando a prorrogação das concessões, nos termos do Decreto e da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Em 25 de fevereiro de 2025 a ANEEL aprovou a minuta do contrato de concessão, formalizada por meio do Despacho nº 517/2025. Após a publicação do referido documento, a Companhia formalizou sua concordância com os termos do aditivo contratual e encaminhou toda a documentação exigida, a qual foi avaliada pela área técnica da ANEEL. A Companhia teve sua antecipação da prorrogação recomendada pela ANEEL ao MME por meio do Despacho nº 1584/2025, de 27 de maio de 2025. A recomendação considerou que a Companhia cumpriu os critérios de eficiência, gestão econômico-financeira e regularidade fiscal, entre outros requisitos do Decreto nº 12.068, de 2024. Em 11 de novembro de 2025, o TCU, por meio do Acórdão nº 2672/2025, manifestou sua concordância em relação à prorrogação da concessão da Companhia. Em 02 de abril de 2026, o Despacho nº 02 de 2026 do Ministério de Minas e Energia (MME), deferiu o requerimento de prorrogação da Companhia e convocou para assinatura do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, no prazo de sessenta dias, a qual, até a data de emissão destas demonstrações contábeis, ainda não foi concluída.

3.3 Constituição de JSCP

Em RCA - Reunião do Conselho de Administração, realizada em 30 de março de 2026, foi aprovada a distribuição de JSCP intermediário relativo ao primeiro trimestre de 2026, os quais serão imputados ao dividendo obrigatório a ser distribuído pela Companhia, referentes ao exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2026. A data de pagamento dos JSCP será deliberada posteriormente.

Notas Explicativas



Notas explicativas
Período findo em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Nota	31/03/2026	31/12/2025
Bancos conta movimento		55.030	44.830
Aplicações financeiras			
Operações compromissadas lastreadas em Debêntures	4.1	273.909	456.391
Total		328.939	501.221

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares. No caso dos fundos de investimento, o valor justo está refletido no valor de sua cota.

Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio Líquido da Instituição Financeira. Em se tratando do fundo de investimento, não há concentração de risco em um único banco administrador ou gestor, tendo em vista que o risco é pulverizado nos ativos da carteira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito, e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 23.

As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de Caixa da Companhia são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

4.1 Operações compromissadas lastreadas em Debêntures

Operações compromissadas lastreadas em Debêntures estão remuneradas a taxas que variam entre 94,00% e 99,50% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

Notas explicativas
Período findo em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



5 Consumidores e concessionárias

		Valores Correntes						Valores Renegociados						Saldo líquido em 31/03/2026	Saldo líquido em 31/12/2025	
		A Vencer		Vencidos			PECLD (Nota 5.5)	A Vencer		Vencidos		PECLD (Nota 5.5)				
		Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias					
Nota		Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	PECLD (Nota 5.5)	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias	PECLD (Nota 5.5)				
Circulante																
Consumidores																
Fornecimento faturado		5.1														
Residencial			240.191	214.440	45.735	55.322	254.843	(280.064)	20.688	22.142	10.774	93.162	(91.499)	585.734	548.372	
Industrial			68.594	10.526	2.141	1.804	13.268	(8.929)	733	460	553	2.864	(1.679)	90.335	82.389	
Comércio, serviços e outras atividades			84.607	42.900	12.238	15.074	73.991	(63.425)	5.361	5.139	2.787	17.987	(16.010)	180.649	172.490	
Rural			1.826	841	204	231	831	(457)	119	107	41	202	(84)	3.861	3.870	
Poder público																
Federal			1.705	105	132	63	240		9					2.254	1.726	
Estadual			2.821	265	124	142	153		57					3.562	3.198	
Municipal			7.873	1.500	430	409	3.310		2.502				(172)	15.852	16.760	
Iluminação pública			584	489	25	272	9.440	(6)	35	65	1	1		10.906	15.281	
Serviço público			10.244	1.034	59	134	122		130	175	10			11.908	13.960	
Serviços cobráveis			242	1.212	569	770	8.126	(2.207)						8.712	8.817	
Fornecimento não faturado		5.2	402.574					(3.093)						399.481	430.390	
(-) Arrecadação em processo de reclassificação			(52.165)											(52.165)	(34.547)	
Outros créditos		5.3	16.524											16.524	22	
			785.620	273.312	61.657	74.221	364.324	(358.181)	29.634	28.088	14.166	114.216	(109.444)	1.277.613	1.262.728	
Concessionárias																
Suprimento de energia elétrica			873											873	873	
Energia de curto prazo		5.4	16.360											16.360	20.411	
Encargos de uso da rede elétrica			4.860											4.860	4.794	
Outros créditos		5.3												-	12.766	
			22.093	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22.093	38.844	
Total Circulante			807.713	273.312	61.657	74.221	364.324	(358.181)	29.634	28.088	14.166	114.216	(109.444)	1.299.706	1.301.572	
Valores Renegociados																
			A vencer													
Nota		Mais de 360 dias	PECLD (Nota 5.5)	Saldo líquido em 31/03/2026	Saldo líquido em 31/12/2025											
Não circulante																
Consumidores																
Fornecimento faturado		5.1														
Residencial			13.016	(7.199)	5.817	6.447										
Industrial			254	(177)	77	96										
Comércio, serviços e outras atividades			6.248	(3.068)	3.180	3.584										
Rural			51	(20)	31	41										
Poder público																
Federal			10	(2)	8	8										
Estadual			58	(5)	53	54										
Municipal			2.225	(186)	2.039	2.311										
Iluminação pública			36		36	57										
Serviço público			205		205	271										
(-) Ajuste a valor presente			(311)		(311)	(311)										
Total Não circulante			21.792	(10.657)	11.135	12.558										

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



- 5.1 **Fornecimento faturado**
A variação do período é decorrente: (i) Do aumento na sazonalização entre os período, sendo que no primeiro trimestre de 2026 houve temperaturas elevadas, gerando aumento no fornecimento de energia; e (ii) Do aumento da tarifa de energia em 2025, refletido nos faturamentos de 2026 que resultou em tarifa média mais elevada e, consequentemente, no aumento do contas a receber associado ao volume de carga de energia.
- 5.2 **Fornecimento não faturado**
A variação observada refere-se à diminuição do consumo no período de 2026, principalmente, na classe de clientes cativos que gerou um impacto de -8,95% quando comparado ao mesmo período em 2025. Além do ponto citado, houve uma redução nas tarifas cobradas dos clientes, o que impulsionou essa contração no saldo apresentado.
- 5.3 **Outros créditos**
As movimentações registradas nesta conta correspondem aos faturamentos de Contrato de Uso do Sistema de Distribuição - CUSD – Demanda, associados a contratos de suprimento de energia elétrica enquadrados na categoria de consumidores especiais do Ambiente de Contratação Livre - ACL.
- 5.4 **Energia de curto prazo**
A variação observada no período refere-se às operações de MCSD tarifária, que tiveram menores impactos no período de 2026 em comparação ao período de 2025. Essa redução resultou das estratégias adotadas pela Companhia para a compra e venda de energia no curto prazo, alinhadas às condições vigentes do mercado.
- 5.5 **Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD**
A PECLD foi registrada sobre toda a vida do recebível com base em aplicação de percentual calculado a partir de estudo histórico de inadimplência segregados por parâmetros de: (i) classe de consumidor; (ii) tensão; (iii) data de faturamento; e (iv) data de vencimento. Desta forma, foi constituída matriz de risco por período de inadimplência, ajustada pela expectativa econômica do período corrente, obtida por meio da previsão dos parâmetros do índice de inadimplência de mercado do Banco Central, sendo segregada pelo consumo regular e irregular. Para a PECLD dos recebíveis renegociados, os percentuais são aplicados com base nos vencimentos originais de cada documento renegociado.
Os detalhes sobre percentuais de perdas esperadas, segregadas por classe de consumo estão descritos na nota explicativa 6.5 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

6 Ativos e passivos financeiros setoriais

	Saldo em 31/12/2025	Apropriação	Amortização	Atualização monetária	Saldo em 31/03/2026	Circulante	Não circulante
CVA							
Compra de energia	121.137	88.776	(16.740)	5.144	198.317	108.151	90.166
Custo da Energia de Itaipu	(63.219)	(19.565)	10.139	(1.985)	(74.630)	(47.804)	(26.826)
PROINFA	20.036	(6.536)	(7.325)	536	6.711	11.172	(4.461)
Transporte Rede Básica	72.156	13.206	(13.772)	2.617	74.207	50.979	23.228
Transporte de Energia - Itaipu	7.736	1.427	(991)	203	8.375	5.250	3.125
Encargos de Serviço do Sistema - ESS / Encargos de Energia de Reserva - EER	3.911	3.482	(1.230)	37	6.200	4.494	1.706
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	190.989	50.506	(38.984)	7.780	210.291	145.385	64.906
	<u>352.746</u>	<u>131.296</u>	<u>(68.903)</u>	<u>14.332</u>	<u>429.471</u>	<u>277.627</u>	<u>151.844</u>
Itens financeiros (Nota 18.4)							
Sobrecontratação de energia	(87.429)	(610)	(11.677)	(5.251)	(104.967)	(106.245)	1.278
Neutralidade da Parcela A	25.585	(13.957)	(6.386)	(129)	5.113	10.981	(5.868)
Ultrapassagem de demanda e Excedente de reativos	(200.061)	(17.182)	5.858	(6.405)	(217.790)	(217.790)	
Previsão de Risco Hidrológico - Antecipação	(216.968)	(58.498)	53.590	(1.951)	(223.827)	(183.642)	(40.185)
Outros	(16.251)		4.991		(11.260)	(11.258)	(2)
	<u>(495.124)</u>	<u>(90.247)</u>	<u>46.376</u>	<u>(13.736)</u>	<u>(552.731)</u>	<u>(507.954)</u>	<u>(44.777)</u>
PIS e COFINS							
PIS/ COFINS Nota Técnica nº 115/04	28.780	(18.210)			10.570	10.570	
Exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS	910		(279)		631	631	
	<u>29.690</u>	<u>(18.210)</u>	<u>(279)</u>	<u>-</u>	<u>11.201</u>	<u>11.201</u>	<u>-</u>
Total	<u>(112.688)</u>	<u>22.839</u>	<u>(22.806)</u>	<u>596</u>	<u>(112.059)</u>	<u>(219.126)</u>	<u>107.067</u>
Ativo Circulante	122.277				76.019	76.019	
Ativo Não circulante	137.636				107.067		107.067
Passivo Circulante	372.601				295.145	295.145	

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



7 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Saldo em 31/12/2025	Adição	Baixas	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Transfe- rência	Saldo em 31/03/2026
Ativos compensáveis							
Imposto de renda e contribuição social a compensar	245.171	59.188		4.986		(59.189)	250.156
Total	245.171	59.188	-	4.986	-	(59.189)	250.156
Circulante	203.722						208.219
Não Circulante	41.449						41.937
Outros tributos compensáveis							
ICMS	200.462	6.038				(7.175)	199.325
PIS e COFINS	90.303	91.439		1.624		(91.439)	91.927
IRRF sobre aplicações financeiras	14.824	16.342				(2.016)	29.150
IR/CS retidos sobre faturamento	1.322	1.850				(1.846)	1.326
Outros	1.163						1.163
Total	308.074	115.669	-	1.624	-	(102.476)	322.891
Circulante	135.095						153.152
Não Circulante	172.979						169.739
Passivos a recolher							
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	66.267				(63.050)	3.217
Total Circulante	-	66.267	-	-	-	(63.050)	3.217
Outros tributos a recolher							
ICMS	127.644	401.139			(392.244)	(7.174)	129.365
PIS e COFINS	35.405	185.785			(96.817)	(91.439)	32.934
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	7.648	8.536	113	7	(8.957)		7.347
IRRF sobre juros s/ capital próprio	-	4.720					4.720
Parcelamentos	119.500						119.500
Encargos com pessoal	6.500	17.982			(18.533)		5.949
Outros	374				(7)	(2)	365
Total	297.071	618.162	113	7	(516.558)	(98.615)	300.180
Circulante	198.372						201.633
Não Circulante	98.699						98.547

8 Tributos diferidos

Nota	Passivo	
	Não circulante	
	31/03/2026	31/12/2025
Outros tributos diferidos	2.498	2.354
Imposto de renda e contribuição social	19.222	29.076
Total	21.720	31.430

8.1 Imposto de renda e contribuição social
8.1.1 Composição

Natureza dos créditos	Nota	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado		Patrimônio líquido	
		31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025	Períodos de 3 meses findos em 31 de março			
						2026	2025	2026	2025
Diferenças Temporárias									
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	15	223.979	221.009			2.970	3.194		
Benefício pós-emprego		38.267	47.815			(9.548)	(7.551)		
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		141.850	139.406			2.444	3.789		
Consumidores - ajuste a valor presente	11.1	105	105				(66)		
Valor justo do Ativo Financeiro Indenizável - ICPC 01 (R1)				413.063	396.698	(16.365)	(24.297)		
Instrumentos financeiros - CPC 39					32.315	32.315	19.861		
Benefícios pós-emprego - PSAP		(120.957)	(125.915)			4.958	3.242		
Benefício pós-emprego - Outros resultados abrangentes		120.957	125.915					(4.958)	(3.242)
Arrendamentos - CPC 06 (R2)		8.911	9.180	8.340	8.716	107	(2.847)		
Outras		2.057	2.222	22.870	22.387	(648)	1.282		
Total diferenças temporárias		415.169	419.737	444.273	460.116	16.233	(3.393)	(4.958)	(3.242)
Crédito fiscal do ágio incorporado		9.882	11.303			(1.421)	(1.436)		
Total bruto		425.051	431.040	444.273	460.116	14.812	(4.829)	(4.958)	(3.242)
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos		(425.051)	(431.040)	(425.051)	(431.040)				
Total		-	-	19.222	29.076				

8.1.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.
A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2026	2027	2028	2029	2030	2031 a 2033	Total Não circulante
67.442	89.860	82.732	82.230	82.230	20.557	425.051

A realização do ativo fiscal diferido está em consonância com as disposições do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



9 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para sua controladora, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do período, são apresentados como segue:

		Ativo		Passivo				Resultado (Despesas)	
		Não circulante		Circulante		Não circulante		Operacionais	
								Períodos de 3 meses findos em 31 de março	
Relacionamento		31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025	2026	2025
Fornecedores (Nota 12)									
Suprimento de energia elétrica									
EDP Trading	Controle Comum			465	394			(1.367)	(1.439)
Investco	Controle Comum			337	346			(977)	(902)
Lajeado	Controle Comum			89	76			(201)	(188)
CEJA	Controle Comum (**)								(3.113)
Uso do sistema de transmissão									
Investco	Controle Comum			37	40			(116)	(99)
EDP Transmissão Aliança	Controle Comum (*)								(1.046)
EDP Transmissão Litoral Sul	Controle Comum (***)				40			(43)	(131)
EDP Transmissão Norte	Controle Comum			91	81			(134)	(134)
EDP Transmissão Norte 2	Controle Comum			73	67			(108)	(108)
EDP Goiás	Controle Comum			288	250			(725)	(723)
		-	-	1.380	1.294	-	-	(3.671)	(7.883)

Notas explicativas
 Período findo em 31 de março de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)



		Ativo		Passivo				Resultado (Despesas)	
		Não circulante		Circulante		Não circulante		Operacionais	
								Períodos de 3 meses findos em 31 de março	
Relacionamento		31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025	2026	2025
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 10)									
Contrato de prestação de serviços									
EDP Portugal	Controladora indireta								(508)
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, serviços de infraestrutura e Backoffice									
EDP - Energias do Brasil	Controladora	2.228	2.210			9.393	27.923	(9.374)	(4.916)
EDP Espírito Santo	Controle Comum	130	30					100	97
EDP Trading	Controle Comum	1	1					1	2
Lajeado	Controle Comum	2						2	
Investco	Controle Comum	6	2					5	3
EDP Transmissão Litoral Sul	Controle Comum (***)		1						
EDP Transmissão Aliança	Controle Comum (*)		1						5
EDP Transmissão Norte	Controle Comum	2						2	
EDP Smart Energia	Controle Comum	3	3					3	3
EDP Goiás	Controle Comum	8	1					8	4
EDP Transmissão Nordeste	Controle Comum	2						2	
EDP Transmissão Norte Nordeste 2	Controle Comum	1						1	
Convênio de arrecadação									
EDP Smart Serviços	Controle Comum			84	84				
EDP Smart Soluções	Controle Comum				49				
		2.383	2.249	84	133	9.393	27.923	(9.250)	(5.310)
		2.383	2.249	1.464	1.427	9.393	27.923	(12.921)	(13.193)

(*) Em 30 de abril de 2025, a controladora EDP - Energias do Brasil alienou a sua participação na companhia EDP Transmissão Aliança e, consequentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora.

(**) Em 13 de agosto de 2025, a controladora EDP - Energias do Brasil alienou a sua participação na companhia Ceja e, consequentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora.

(***) Em 30 de janeiro de 2026, a controladora EDP - Trading alienou a sua participação na companhia EDP Transmissão Litoral Sul e, consequentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora.

As operações com partes relacionadas foram realizadas conforme os termos acordados entre as partes.

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



As operações realizadas com as contrapartes informadas na nota explicativa 9 ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.
Os detalhes sobre a natureza de cada contrato de partes relacionadas estão descritos na nota explicativa 10 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

- 9.1
Controladora direta
- 9.2
Remuneração total do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária paga pela Companhia

	Períodos de 3 meses findos em 31 de março					
	2026			2025		
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Total	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Total
Remuneração (a)	504	12	516	701	13	714
Benefícios de curto prazo (b)	20		20	27		27
Benefícios - Previdência Privada	21		21	30		30
Total	545	12	557	758	13	771

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.
(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamentoso, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

- 10
Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar – Passivo

	Nota	Circulante		Não circulante	
		31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Outros créditos - Ativo					
Adiantamentos		28.034	22.195		
Descontos tarifários		140.136	137.623		
Modicidade tarifária - baixa renda				8.998	8.058
Bens destinados à alienação/desativação		1.257	1.251		
Serviços em curso		1.732	1.586		
Serviços prestados a terceiros		33.379	30.957	176	258
Ressarcimento de custos – CDE		1.723	3.602		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	9			2.383	2.249
Despesas pagas antecipadamente		2.189	3.115	356	475
Créditos a amortizar		22.697	23.534	34.074	34.076
Outros		10.166	7.704	1.701	1.588
Total		241.313	231.567	47.688	46.704
Outras contas a pagar - Passivo					
Adiantamentos recebidos - alienação de bens e direitos		3.072	3.029		
Contribuição de iluminação pública		13.370	10.270		
Credores diversos - consumidores e concessionárias		63.148	56.160		
Folha de pagamento		2.869	4.153		
Modicidade tarifária - baixa renda		448	448	9.810	9.810
Cessão de créditos de ICMS		75	1.764		
Arrecadação de terceiros a repassar		9.160	9.136		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	9	84	133	9.393	27.923
Arrendamentos e aluguéis		3.893	3.978	22.315	23.022
Obrigações sociais e trabalhistas		45.168	44.045		
Reserva para reversão e amortização		1.440	1.440		486
Outros		5.291	5.404	1	3
Total		148.018	139.960	41.519	61.244

- 11
Ativo financeiro indenizável, Intangível e Ativos da concessão
- 11.1
Ativo financeiro indenizável

	Saldo em 31/12/2025	Transferências dos Ativos da concessão (Nota 11.3)	Valor justo	Baixas	Transferência do Imobilizado/ Intangível	Saldo em 31/03/2026
Ativo financeiro indenizável	4.337.341	128.381	48.131	(4.177)	(896)	4.508.780
	4.337.341	128.381	48.131	(4.177)	(896)	4.508.780

- 11.2
Intangível
- 11.2.1
Composição

	31/03/2026				31/12/2025			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Direito de concessão - Infraestrutura								
Em serviço	5,58	3.178.503	(2.451.734)	726.769	5,58	3.205.428	(2.412.064)	793.364
Ágio na Incorporação de sociedade controladora	3,67	460.584	(431.518)	29.066	3,67	460.584	(427.339)	33.245
(-) Provisão para manutenção de dividendos	3,67	(460.584)	431.518	(29.066)	3,67	(460.584)	427.339	(33.245)
		3.178.503	(2.451.734)	726.769		3.205.428	(2.412.064)	793.364

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



11.2.2 Movimentação

	Valor líquido 31/12/2025	Transferên- cias dos Ativos da concessão	Amortizações	Baixas	Reclassifica- ção	Valor líquido 31/03/2026
Intangível em serviço						
Software	-				120.423	120.423
Direito de concessão - Infraestrutura	793.364	29.557	(71.252)	(1.912)	(143.411)	606.346
Total	793.364	29.557	(71.252)	(1.912)	(22.988)	726.769

11.3 Ativos da concessão

	Valor líquido em 31/12/2025	Transf. para o Intangível	Transf. para o Ativo financeiro indenizável (Nota 11.1)	Adições (Nota 11.3.1)	Juros capitalizados	Transferên- cia para Imobilizado/ Intangível	Valor líquido em 31/03/2026
Ativos da concessão	662.855	(29.673)	(128.381)	133.463	658	10	638.932
Total Não circulante	662.855	(29.673)	(128.381)	133.463	658	10	638.932

11.3.1 Adições

A distribuição nos montantes de investimentos estão destacados a seguir:

Instalação de sistemas de medição, expansão de linhas, subestações e redes de distribuição para ligação de novos clientes	42%
Combate a perdas	22%
Melhoria da rede, substituição de equipamentos e de medidores, tanto obsoletos quanto depreciados, além do recondutoramento de redes em final de vida útil	7%
Telecomunicações, informática e outras atividades, tais como infraestrutura e projetos comerciais	29%
	100%

O montante total de ingressos, no valor de R\$133.463, refere-se aos investimentos destinados à execução de obras na rede de distribuição, à aquisição de itens de estoque, ativos não elétricos, redes de distribuição, linhas e subestações.

12 Fornecedores

	Nota	Circulante	
		31/03/2026	31/12/2025
Suprimento de energia elétrica (i)		251.404	256.568
Energia livre		15.924	15.515
Encargos de uso da rede elétrica		100.194	96.702
Operações CCEE	12.1	69.912	101.884
Materiais e serviços	12.2	172.297	230.126
Materiais e serviços - Risco sacado			1.161
Total		609.731	701.956

(i) O valor total de garantias de compras de energia é de R\$154.986 em 31 de março de 2026 (R\$147.697 em 31 de dezembro de 2025).

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

12.1 Operações CCEE

A variação observada na rubrica deve-se, principalmente, a: (i) transações de energia e encargos comercializados no âmbito da CCEE, decorrentes da sazonalização operacionalizada pela Companhia, impactadas sobretudo pela diminuição da contratação por disponibilidade no curto prazo; e (ii) redução do PLD entre os períodos, que passou de R\$318,26 em 31 de dezembro de 2025 para R\$289,17 em 31 de março de 2026.

12.2 Materiais e serviços

A variação no período decorre da redução na contratação de serviços e materiais para manutenção do sistema elétrico, tais como medidores, transformadores, cabos e serviços de engenharia.

13 Dividendos

Os dividendos e os Juros sobre o capital próprio - JSCP são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida do patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito.

Em RCA - Reunião do Conselho de Administração, realizada em 30 de março de 2026, foi aprovada a constituição de JSCP intermediário relativo ao primeiro trimestre de 2026, os quais foram imputados ao dividendo obrigatório a ser distribuído pela Companhia, referentes ao exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2026, no montante de R\$26.969, sendo R\$22.250 líquidos de imposto de renda. A data de pagamento dos JSCP será deliberada posteriormente.

Segue abaixo a movimentação no período:

Passivo	31/12/2025	JSCP	31/03/2026
EDP - Energias do Brasil	931.334	22.250	953.584
	931.334	22.250	953.584

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



14 Debêntures 14.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor nominal unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	31/03/2026				31/12/2025			
										Encargos	Principal			Encargos	Principal		
										Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante	Não circulante	Total
Moeda Nacional																	
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 160/22	700.000	1	700.000	11ª emissão em 12/02/2021	12/02/2021 a 15/01/2026	Expansão, renovação e melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica	IPCA + 3,91%	Principal anual a partir de janeiro/2025 e juros semestral				-	8.425	462.853		471.278
(-) Custos de emissão				(4.001)		12/02/2021 a 15/01/2026			Amortização mensal				-		(179)		(179)
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 160/22	350.000	1	350.000	12ª emissão em 04/08/2021	04/08/2021 a 20/07/2026	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 1,25% a.a.	Amortizações anuais a partir de julho de 2024 e juros semestral	3.181	116.667		119.848	8.341	116.666		125.007
(-) Custos de emissão				(1.234)		04/08/2021 a 20/07/2026			Amortização mensal		(34)		(34)		(26)		(26)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 160/22	450.000	1	450.000	13ª emissão em 20/12/2021	20/12/2021 a 20/12/2026	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 1,38% a.a.	Amortizações anuais a partir de dezembro de 2024 e juros semestral				-	546	150.000		150.546
(-) Custos de emissão				(1.944)		20/12/2021 a 20/12/2026			Amortização mensal				-		(60)		(60)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 160/22	450.000	1	450.000	14ª emissão em 25/05/2022	25/05/2022 a 25/05/2027	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 1,20% a.a.	Principal anual a partir de maio/2025 e juros semestral	15.637	150.000	150.000	315.637	4.522	150.000	150.000	304.522
(-) Custos de emissão				(1.944)		25/05/2022 a 25/05/2027			Amortização mensal		(269)	(21)	(290)		(164)	(53)	(217)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 160/22	350.000	1	350.000	16ª emissão em 04/03/2024	04/03/2024 a 04/03/2028	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 0,89% a.a.	Principal anual a partir de março/2027 e juros semestral	3.694	175.000	175.000	353.694	17.238		350.000	367.238
(-) Custos de emissão				(1.459)		04/03/2024 a 04/03/2028			Amortização mensal		(397)	(199)	(596)			(695)	(695)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 160/22	750.000	1	750.000	17ª emissão em 20/06/2024	20/06/2024 a 20/06/2028	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 0,68% a.a.	Principal anual a partir de junho/2027 e juros semestral	29.119		750.000	779.119	2.606		750.000	752.606
(-) Custos de emissão				(3.073)		20/06/2024 a 20/06/2028			Amortização mensal			(1.502)	(1.502)			(1.716)	(1.716)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 160/22	800.000	1	800.000	18ª emissão em 15/12/2024	15/12/2024 a 15/12/2036	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	IPCA + 7,2843%	Principal anual a partir de Dezembro/2034 e juros semestral	17.069		853.123	870.192	2.576		838.536	841.112
(-) Custos de emissão				(26.140)		15/12/2024 a 15/12/2036			Amortização mensal			(22.733)	(22.733)			(23.251)	(23.251)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 160/22	400.000	1	400.000	19ª emissão em 23/06/2025	23/06/2025 a 23/06/2030	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 0,47% a.a.	Principal anual a partir de Junho/2029 e juros semestral	15.067		400.000	415.067	1.141		400.000	401.141
(-) Custos de emissão						23/06/2025 a 23/06/2030			Amortização mensal			(1.152)	(1.152)			(1.229)	(1.229)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 160/22	400.000	1	400.000	20ª emissão em 10/10/2025	10/10/2025 a 10/10/2032	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 99,61% a.a.	Principal anual a partir de Outubro/2031 e juros semestral	26.276		400.000	426.276	12.489		400.000	412.489
(-) Custos de emissão				(5.346)		10/10/2025 a 10/10/2032			Amortização mensal			(4.942)	(4.942)			(5.144)	(5.144)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 160/22	1.000.000	1	1.000.000	21ª emissão 1ª Série em 19/12/2025	19/12/2025 a 19/12/2030	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 0,63% a.a.	Principal anual a partir de Dezembro/2029 e juros semestral	39.289		1.000.000	1.039.289	4.041		1.000.000	1.004.041
(-) Custos de emissão				(5.749)		19/12/2025 a 19/12/2030			Amortização mensal			(4.086)	(4.086)			(5.749)	(5.749)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 160/22	500.000	1	150.000	21ª emissão 2ª Série em 19/12/2025	19/12/2025 a 19/12/2032	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 0,73% a.a.	Principal anual a partir de Dezembro/2031 e juros semestral	19.781		500.000	519.781	610		150.000	150.610
(-) Custos de emissão				(861)		19/12/2025 a 19/12/2032			Amortização mensal			(2.091)	(2.091)			(861)	(861)
Total geral										169.113	440.967	4.191.397	4.801.477	62.535	879.090	3.999.838	4.941.463

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, a exceção da 11ª emissão que está mensurada a valor justo considerando opção irrevogável de mensuração no reconhecimento inicial decorrente de contratação de derivativo de *swap*, com a finalidade de evitar descasamento de mensuração entre os instrumentos financeiros.

Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade de financiamento na demonstração de fluxo de caixa.

As debêntures não possuem garantias.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



14.2 Movimentação das debêntures

	Saldo em 31/12/2025	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Transferên- cias	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Saldo em 31/03/2026
Circulante								
Principal	879.519		(614.878)		175.000		2.026	441.667
Juros	62.535		(46.358)	152.936				169.113
Custo de transação	(429)				(1.938)	1.667		(700)
	<u>941.625</u>	<u>-</u>	<u>(661.236)</u>	<u>152.936</u>	<u>173.062</u>	<u>1.667</u>	<u>2.026</u>	<u>610.080</u>
Não circulante								
Principal	4.038.536	350.000			(175.000)		14.587	4.228.123
Custo de transação	(38.698)	34			1.938			(36.726)
	<u>3.999.838</u>	<u>350.034</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(173.062)</u>	<u>-</u>	<u>14.587</u>	<u>4.191.397</u>

14.3 Vencimento das parcelas

Circulante	
2026	435.477
2027	174.603
	<u>610.080</u>
Não circulante	
2027	523.906
2028	549.372
2029	697.077
2030	690.650
2031	450.000
2032	1.280.392
	<u>4.191.397</u>
Total	<u>4.801.477</u>

As principais cláusulas prevendo a rescisão dos contratos estão descritas na nota explicativa 17 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, enquanto a totalidade das cláusulas pode ser consultada no prospecto ou na escritura da emissão.

Em 31 de março de 2026 a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as obrigações previstas no contrato de emissão de debêntures.

15 Benefícios pós-emprego

A Companhia mantém atualmente planos de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e outros benefícios pós-emprego, compostos por assistência médica, seguro de vida, Auxílio de Incentivo à Aposentadoria - AIA e outros benefícios a aposentados.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 110/22, a contabilização de Benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para atendimento a essa exigência a Companhia contratou atuários independentes para realização de avaliação atuarial, segundo o Método do Crédito Unitário Projetado.

A Companhia reconhece as obrigações dos planos de benefício definido se o valor presente da obrigação, na data das demonstrações contábeis intermediárias, é maior que o valor justo dos ativos do plano. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no período em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes. Os custos com serviços passados são reconhecidos no período em que ocorrem, integralmente no resultado na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício é calculado sobre o déficit/superávit atuarial utilizando a taxa de desconto do laudo vigente.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano, conforme legislação vigente e regulamento do plano.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do período em que os serviços são prestados.

Nota	Circulante		Não circulante	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
PSAP	64.713	64.713	47.835	75.918
Contribuição definida	<u>2</u>	<u>2</u>		
	<u>64.715</u>	<u>64.715</u>	<u>47.835</u>	<u>75.918</u>

15.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão

São administrados pela EnerPrev, entidade fechada de previdência complementar patrocinada pelas empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil e cadastrados no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios - CNPB na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC. Tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia, sendo assegurados os direitos e deveres dos participantes, assistidos e pensionistas, previstos nos regulamentos.

15.1.1 Planos de Benefício definido e Contribuição variável

Os detalhes dos planos estão descritos na nota explicativa 19.1.1 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Segue abaixo a movimentação do PSAP no período:

	Saldo em 31/12/2025	Despesa Operacional reconhecida no período	Despesa (Receita) Financeira reconhecida no período	Contribuições pagas pela Companhia	(Ganho)/Perda Atuarial	Saldo em 31/03/2026
PSAP	140.631	(177)	2.939	(16.261)	(14.584)	112.548
	<u>140.631</u>	<u>(177)</u>	<u>2.939</u>	<u>(16.261)</u>	<u>(14.584)</u>	<u>112.548</u>

Notas Explicativas



Notas explicativas
Período findo em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

15.1.1.1 Conciliação dos ativos e passivos atuariais

	Nota	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrições de reconhecimento do ativo	Passivo líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2025		(1.436.400)	1.372.945	(77.176)	(140.631)
Custo do serviço corrente		177			177
Custo dos juros	20	(28.839)	28.022	(2.122)	(2.939)
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no Patrimônio líquido	15.1.1.1.1	18.213	10.113	(13.742)	14.584
Contribuições pagas pela Companhia			16.261		16.261
Saldos em 31 de março de 2026		(1.446.849)	1.427.341	(93.040)	(112.548)

15.1.1.1.1 Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no Patrimônio líquido

A perda atuarial no valor presente das obrigações no montante de R\$14.584, apurado na atualização da avaliação efetuada em 31 de março de 2026, decorre dos efeitos da redução na taxa de desconto considerando a situação atual de mercado. As contribuições da Companhia esperadas neste plano para os próximos 12 meses são de R\$64.713. O saldo de perda atuarial em 31 de março de 2026, líquido de Imposto de renda e Contribuição social, é de R\$234.798 (R\$244.424 em 31 de dezembro de 2025).

15.1.1.2 Despesas líquidas

Os efeitos da revisão das avaliações atuariais reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes, ambos em contrapartida à rubrica de Benefícios pós-emprego são os seguintes:

	Nota	2026	2025
Custo do serviço			
Custo do serviço corrente		(177)	(231)
Custo dos juros	20	2.939	2.903
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos no resultado		2.762	2.672
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido			
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em despesa financeira líquida)		(10.113)	719
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de ajuste de experiência		(2.628)	(2.885)
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudança em premissas financeiras		(15.585)	(13.975)
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido		13.742	6.606
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos em outros resultados abrangentes		(14.584)	(9.535)
Total		(11.822)	(6.863)

O custo do serviço passado reconhecido na atualização da avaliação de 31 de março de 2026 é decorrente de alterações na cláusula 25ª do acordo coletivo de trabalho de 2023, mudança de operadora do plano odontológico e alteração de sua modalidade de pagamento.

15.1.1.3 Confissão de dívida - EnerPrev

A Companhia, com o objetivo de equacionar o déficit atuarial da sua submassa BSPS e diminuir o risco de futuros déficits, formalizou instrumento jurídico com a EnerPrev decorrente de déficit atuarial, calculado conforme diretrizes da Resolução CGPC nº 26/2008 e suas alterações. O acordo original estava sendo liquidado financeiramente em 240 meses com base em percentual sobre a folha de salários, contados a partir de setembro de 1997. Em 22 de agosto de 2016, a Companhia e a EnerPrev firmaram o 2º aditivo do termo de compromisso entre as empresas, destacando a alteração do prazo da liquidação (que estava prevista para encerrar-se em setembro de 2017) para 143 parcelas, sendo a primeira em setembro de 2016. Desde dezembro de 2016 o saldo devedor e o valor da prestação mensal são apurados uma vez por ano na época da avaliação atuarial da EnerPrev, posicionada em dezembro, considerado o valor e o prazo remanescente da dívida. As premissas atuariais utilizadas pela Companhia atendem ao disposto no CPC 33 (R1) enquanto que as premissas atuariais utilizadas pela EnerPrev atendem a Resolução CGPC nº 18/2006 e Instrução Previc nº 7/2013. A portaria Previc nº 241, de 10 de março de 2025, autorizou a transferência de gerenciamento do Plano de Benefícios Energias do Brasil, da EnerPrev para Itajubá Fundo Multipatrocinado - IFM.

Segue abaixo conciliação entre os dois métodos de avaliação atuarial:

	31/03/2026	31/12/2025
Valor presente das obrigações do plano	(1.091.705)	(1.102.847)
Valor justo dos ativos do plano	1.073.315	1.040.351
Superávit/(Déficit)	(18.390)	(62.496)
Superávit irrecuperável	(93.341)	(77.476)
Passivo reconhecido submassas BSPS e CV - CPC 33	(111.731)	(139.972)
Contrato de confissão de dívida e ajuste de reserva matemática - Resolução CGPC nº26/2008	(151.002)	(163.354)
Diferença entre premissas *	(39.271)	(23.382)

(*) O montante de R\$39.271 (R\$23.382 em 31 de dezembro de 2025) é decorrente da diferença de premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para cálculo do passivo atuarial em conformidade com a Deliberação CVM nº 110/22 e aquelas utilizadas pela EnerPrev (administradora do plano de benefícios) para fins de atendimento à Resolução nº 26/08 e suas alterações do Conselho Nacional de Previdência Complementar e tende a ser eliminada ao longo do tempo com a maturação do plano.

16 Provisões

	Nota	Circulante		Não circulante	
		31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias	16.1	1.842	55.155	376.636	316.122
Total		1.842	55.155	376.636	316.122

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



16.1 Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias

16.1.1 Risco de perda provável

	Passivo					Ativo		
	Baixas					Depósito judicial		
	Saldo em 31/12/2025	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualizações monetárias	Saldo em 31/03/2026	31/03/2026	31/12/2025
Trabalhistas	28.129	1.187	(425)	(359)	1.299	29.831	7.802	5.417
Cíveis	196.074	2.526	(1.796)	(793)	3.627	199.638	73.498	63.024
Fiscais	59.612	76	(76)		452	60.064	2.687	2.643
Regulatórias	53.473				1.469	54.942		
Outros	33.989	134	(659)	(134)	673	34.003		
Total	371.277	3.923	(2.956)	(1.286)	7.520	378.478	83.987	71.084
Circulante	55.155					1.842		
Não circulante	316.122					376.636	83.987	71.084

O valor referente às garantias de provisões prováveis na Companhia é de R\$78.543 em 31 de março de 2026 (R\$87.125 em 31 de dezembro de 2025).

A descrição das principais contingências trabalhistas, cíveis, fiscais, regulatórias e outras, com risco de perda provável, foram divulgadas nas demonstrações financeiras da Companhia de 31 de dezembro de 2025 (Nota Explicativa 21.1.1) e não sofreram alterações ou novas adições relevantes.

16.1.2 Risco de perda possível

	Nota	Ativo			
		Depósito judicial			
		31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Trabalhistas		30.911	25.894	358	401
Cíveis		610.622	623.048	6.844	5.958
Fiscais	16.1.2.1	1.213.818	1.243.514	64.808	65.072
Regulatórias		6.300	6.102	552	552
Total		1.861.651	1.898.558	72.562	71.983

O valor referente às garantias de provisões possíveis na Companhia é de R\$647.595 em 31 de março de 2026 (R\$591.912 em 31 de dezembro de 2025).

A descrição das principais contingências trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias, com risco de perda possível, que foram divulgadas nas demonstrações financeiras da Companhia de 31 de dezembro de 2025 (Nota Explicativa 21.1.2) não sofreram alterações ou novas adições relevantes. Segue abaixo o processo novo ou que teve atualização relevante para a Companhia no período.

16.1.2.1 Fiscais

Autuações de prefeituras que exigem o pagamento de multa por suposto descumprimento de obrigações acessórias relacionadas à instalação de postes de energia elétrica bem como taxas de fiscalização de obras em logradouros públicos e preço público. O valor atualizado até 31 de março de 2026 é de R\$12 (R\$48.911 em 31 de dezembro de 2025). A redução no valor da contingência se deu em razão de decisão favorável, com êxito quanto à discussão de mérito relativa as taxas e multas dos postes. A Companhia apresentou as defesas dos débitos remanescentes, as quais aguardam julgamento.

16.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento cuja perda foi estimada como remota e, para estas ações, o saldo dos depósitos judiciais em 31 de março de 2026 é de R\$25.353 (R\$25.353 em 31 de dezembro de 2025).

17 Patrimônio líquido

17.1 Capital social

O Capital social em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 é de R\$596.669 e está representado por 39.091.735.037 ações ordinárias, sem valor nominal, integralmente detidas pela EDP - Energias do Brasil.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

A Companhia não possui capital autorizado, conforme Estatuto Social.

Notas Explicativas



Notas explicativas
Período findo em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

18 Receitas

	Nota	Períodos de 3 meses findos em 31 de março					
		Nº de consumidores		MWh		R\$	
		2026	2025	2026	2025	2026	2025
Fornecimento - Faturado	5.1 e 18.1						
Residencial		2.038.865	2.001.821	1.280.602	1.282.874	486.392	447.347
Industrial		6.721	7.037	82.722	112.723	35.654	24.055
Comercial		155.303	153.564	440.733	485.152	148.723	153.728
Rural		4.940	5.091	12.651	14.502	3.757	3.636
Poder público		10.445	10.308	60.513	76.687	25.279	25.422
Iluminação pública		4.242	4.272	53.491	53.932	13.106	9.499
Serviço público		1.631	1.578	27.134	41.703	10.661	13.717
Consumo próprio		194	192	1.915	2.064		
		2.222.341	2.183.863	1.959.761	2.069.637	723.572	677.404
Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - Faturado							
Consumidores cativos							
Residencial						669.011	530.078
Industrial						39.687	58.628
Comercial						248.317	211.051
Rural						6.029	5.371
Poder público						28.299	27.367
Iluminação pública						17.389	16.067
Serviço público						12.095	15.094
Consumidores livres		2.671	2.139	2.518.937	2.453.002	513.287	420.627
		2.671	2.139	2.518.937	2.453.002	1.534.114	1.284.283
Não faturado	18.2						
Fornecimento						(20.612)	2.370
Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição						(10.867)	14.648
						(31.479)	17.018
Resultados de ativos financeiros setoriais	6						
CVA	18.3					62.393	39.269
Itens financeiros - RTE						(17.181)	(14.822)
Itens financeiros - Outros	18.4					(26.690)	(3.717)
PIS/COFINS						(18.489)	23.635
						33	44.365
Energia de curto prazo	18.5			69.063	(50.666)	26.825	20.347
Receita de construção	19					134.121	152.031
Atualização do ativo financeiro indenizável	11.1					48.131	71.464
Serviços cobráveis						4.431	6.953
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	18.6					150.107	119.724
Ressarcimento por indisponibilidade						(9.485)	(9.471)
Arrendamentos e aluguéis						52.529	36.275
Outras receitas operacionais						(8.147)	2.057
Receita operacional bruta		2.225.012	2.186.002	4.547.761	4.471.973	2.624.752	2.422.450
(-) Deduções à receita operacional							
Tributos sobre a receita							
ICMS						(399.109)	(342.404)
PIS/COFINS						(183.768)	(170.376)
ISS						(96)	(92)
		-	-	-	-	(582.973)	(512.872)
Encargos do consumidor							
P&D e PEE						(13.831)	(12.943)
CDE						(425.370)	(309.682)
PROINFA - Consumidores Livres						(21.588)	(23.803)
Outros encargos						(2.329)	(2.310)
		-	-	-	-	(463.118)	(348.738)
		-	-	-	-	(1.046.091)	(861.610)
Receita		2.225.012	2.186.002	4.547.761	4.471.973	1.578.661	1.560.840

18.1 Fornecimento faturado

A variação do período é decorrente: (i) Do aumento na sazonalização entre os períodos, sendo que no primeiro trimestre de 2026 houve temperaturas elevadas, gerando aumento no fornecimento de energia; e (ii) Do aumento da tarifa de energia em 2025, refletido nos faturamentos do primeiro trimestres de 2026 que resultou em tarifa média mais elevada e, consequentemente, no aumento do contas a receber associado ao volume de carga de energia.

18.2 Fornecimento não faturado

A variação observada refere-se à diminuição do consumo no período de 2026, principalmente, na classe de clientes cativos que gerou um impacto de -8,95% quando comparado ao mesmo período em 2025. Além do ponto citado, houve uma redução nas tarifas cobradas dos clientes, o que impulsionou essa contração no saldo apresentado.

18.3 CVA

A variação observada no período decorre, principalmente, de: (i) efeitos do reajuste tarifário de 2025, que resultou em aumento dos saldos amortizados e redução dos valores apropriados relativos aos itens que compõem a rubrica de CVA e continuarão gerando aumento de saldo até o novo reajuste que será em agosto de 2026; (ii) elevação em função das apropriações e amortizações homologadas; e (iii) maior saldo de bandeira tarifária em 2025, em razão do acionamento das bandeiras vermelha e amarela ao longo do ano, quando comparado com o período de 2026.

18.4 Itens financeiros – Outros

Nessa rubrica são consideradas as amortizações e apropriações relacionadas à Sobrecontratação e à Ultrapassagem de Demanda de Energia Regulada. Em 2025 ocorreram ajustes dos saldos devido homologação do Reajuste Tarifário da Companhia. Com isso novos saldos de Sobrecontratação e UDER estão sendo amortizados mensalmente até o reajuste tarifário que será em agosto de 2026.

18.5 Energia de curto prazo

O aumento no saldo é decorrente das operações de MCSD tarifária, que apresentaram um impacto maior no período de 2026, quando comparado com o mesmo período em 2025, isso ocorreu devido a Companhia utilizar o MCSD como uma estratégia para vender e comprar energia no curto prazo de acordo com o mercado.

18.6 Bandeiras tarifárias e Subvenções vinculadas ao serviço concedido

O Sistema de Bandeiras Tarifárias é o mecanismo que tem como objetivo sinalizar aos consumidores os custos da geração de energia elétrica de cada mês, sendo dividido em 4 bandeiras: verde, amarela, vermelha patamar 1 e vermelha patamar 2.

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



A definição das faixas de acionamento observa limiares de risco hidrológico definidos segundo o histórico operativo do Sistema Interligado Nacional - SIN. A métrica de acionamento considera a definição de custo do risco hidrológico, onde há relação indireta entre a profundidade do déficit de geração hidráulica (GSF) e o preço da energia elétrica de curto prazo (PLD). A composição dessas duas variáveis, em sistemática de gatilho, faz com que a arrecadação prevista com as bandeiras tarifárias se aproxime mais dos custos incorridos. Este acionamento das Bandeiras Tarifárias é definido mensalmente pela ANEEL, por meio de Despacho da Superintendência de Gestão Tarifária – SGT.

O saldo relativo às bandeiras tarifárias refere-se aos valores a repassar à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT, gerida pela CCEE, provenientes da diferença entre os valores faturados líquidos de ICMS e os valores estimados não faturados, a título de bandeiras tarifárias, deduzidos de parte dos sobrecustos de energia e encargos. Esses recursos são alocados para a cobertura de custos não previstos nas tarifas das diversas distribuidoras do país. O valor homologado mensalmente pela ANEEL a repassar ou a ressarcir é a diferença entre o montante cobrado dos clientes e os sobrecustos referentes a: (i) Segurança Energética do Encargo de Serviço do Sistema - ESS; (ii) despacho térmico; (iii) risco hidrológico; (iv) cotas de Itaipu; (v) exposição ao mercado de curto prazo; e (vi) excedente da Conta de Energia de Reserva - CONER. Os eventuais custos não cobertos pela receita são considerados no processo tarifário subsequente.

As faixas de acionamento e os adicionais das bandeiras tarifárias vigentes no período findo em 31 de março de 2026 são:

(i) Bandeira Verde: condições favoráveis de geração de energia. Tarifa não sofre nenhum acréscimo;

(ii) Bandeira Amarela: R\$1,885 a cada 100 kWh;

(iii) Bandeira Vermelha no patamar 1: R\$4,463 a cada 100 kWh;

(iv) Bandeira Vermelha no patamar 2: R\$7,877 a cada 100 kWh; e

As bandeiras tarifárias aplicadas em 2026 e 2025 foram:

	2026			2025		
	Janeiro	Fevereiro	Março	Janeiro	Fevereiro	Março
Bandeira Tarifária (*)	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
PLD gatilho (**)	183,05	354,65	427,08	58,6	58,6	264,69

(*) Bandeira tarifária (2026): Janeiro a Março - Condições favoráveis de geração de energia (GSF 95%), associadas às chuvas do período úmido, permitiram a manutenção da bandeira verde, sem cobrança de custos adicionais aos consumidores.

(**) PLD gatilho: Valor em reais / MWh utilizado como base de PLD médio mensal para o acionamento do patamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE.

19

Gastos operacionais
Os detalhes sobre a natureza de gastos operacionais estão descritos na nota explicativa 24 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.
Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

Período de 3 meses findo em 31 de março							
Nota	2026						
	Custo do serviço			Despesas operacionais			Total
	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	PECLD	Gerais e administrativas	Outras	
Não gerenciáveis							
Energia elétrica comprada para revenda	653.138						653.138
Encargos de uso da rede elétrica	208.000						208.000
Outras	249						249
	861.387	-	-	-	-	-	861.387
Gerenciáveis							
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		51.373			12.583		63.956
Material		6.736			104		6.840
Serviços de terceiros		36.750			19.819		56.569
Depreciação - Imobilizado em serviço		767			171		938
Depreciação - Ativos de direito de uso					1.424		1.424
Amortização	11.2.2	51.041			16.305		67.346
PECLD / perdas líquidas				26.446			26.446
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas						3.901	3.901
Arrendamentos e aluguéis		1.477			1.014		2.491
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens						13.080	13.080
Custo com construção da infraestrutura	18		134.121				134.121
Outras		4.513			8.124		12.637
	-	152.657	134.121	26.446	59.544	16.981	389.749
Total	861.387	152.657	134.121	26.446	59.544	16.981	1.251.136
Período de 3 meses findo em 31 de março							
Nota	2025						
	Custo do serviço			Despesas operacionais			Total
	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	PECLD	Gerais e administrativas	Outras	
Não gerenciáveis							
Energia elétrica comprada para revenda	588.359						588.359
Encargos de uso da rede elétrica	196.814						196.814
Outras	325						325
	785.498	-	-	-	-	-	785.498
Gerenciáveis							
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		48.986	11		11.329		60.326
Material		6.952	51				7.003
Serviços de terceiros		35.869	59		17.835		53.763
Depreciação - Imobilizado em serviço		502			102		604
Depreciação - Ativos de direito de uso					1.516		1.516
Amortização	11.2.2	46.618			16.337		62.955
PECLD / perdas líquidas				15.956			15.956
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas						3.595	3.595
Arrendamentos e aluguéis		569			1.274		1.843
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens						17.171	17.171
Custo com construção da infraestrutura			152.031				152.031
Outras		6.473			8.117		14.590
	-	145.969	152.152	15.956	56.510	20.766	391.353
Total	785.498	145.969	152.152	15.956	56.510	20.766	1.176.851

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



20 Resultado financeiro

Nota	Períodos de 3 meses findo em 31 de março	
	2026	2025
Receitas financeiras		
Juros e variações monetárias		
Renda de aplicações financeiras e cauções	4	8.891
Energia vendida		25.995
Depósitos judiciais		3.279
Ativos/ passivos financeiros setoriais	6	596
Juros e multa sobre tributos	7	6.610
Operações de <i>swap</i> e <i>hedge</i>	23.1.2	385
Ajustes a valor presente		8.906
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(2.162)
Outras receitas financeiras		1.152
	44.746	59.044
Despesas financeiras		
Encargos de dívida		
Empréstimos e financiamentos		(1.145)
Debêntures	14.2	(171.216)
(-) Juros capitalizados	11.3	658
Juros e multa sobre tributos	7	(7)
Ativos/ passivos financeiros setoriais		(12.642)
Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias	16.1.1	(7.520)
Benefícios pós-emprego	15.1.1.2	(2.939)
Arrendamentos e aluguéis		(825)
Energia Livre		(410)
Outros juros e variações monetárias		(3)
Outras despesas financeiras		(2.680)
	(184.942)	(177.217)
Total	(140.196)	(118.173)

21 Imposto de renda e Contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

Nota	Períodos de 3 meses findo em 31 de março	
	2026	2025
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	187.329	265.816
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	(63.692)	(90.377)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		
Doações	10	(33)
Perdas indedutíveis	(207)	(205)
Juros sobre o capital próprio	9.169	
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos	15	20
Efeito tributário de créditos extemporâneos		(2.685)
Outras	21.1	3.251
Despesa de IRPJ e CSLL	(51.454)	(90.904)
Alíquota efetiva	27,47%	34,20%

21.1 Outras

A variação no período ocorreu, principalmente, devido ao efeito da exclusão da atualização SELIC da base de cálculo do IRPJ/CSLL.

22 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do período. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o período é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41.

	Períodos de 3 meses findo em 31 de março	
	2026	2025
Resultado líquido do período atribuível aos acionistas	135.875	174.912
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	39.091.735	39.091.735
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	0,00348	0,00447

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



23 Instrumentos financeiros e Gestão de riscos

23.1 Instrumentos financeiros

23.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

			Valor justo		Valor contábil	
	Nota	Níveis	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Aplicações financeiras		Nível 2	273.909	456.391	273.909	456.391
Ativo financeiro indenizável	11.1	Nível 2	4.508.780	4.337.341	4.508.780	4.337.341
Títulos e valores mobiliários		Nível 2	91	88	91	88
Instrumentos Financeiros Derivativos	23.1.2					
Derivativos de debêntures		Nível 2		121.177		121.177
			4.782.780	4.914.997	4.782.780	4.914.997
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Bancos conta movimento		Nível 2	55.030	44.830	55.030	44.830
Consumidores e concessionárias	5	Nível 2	1.310.841	1.314.130	1.310.841	1.314.130
Cauções		Nível 2	422	418	422	418
Ativos financeiros setoriais	6	Nível 2	171.826	259.913	171.826	259.913
Outros créditos - Partes relacionadas	10	Nível 2	2.385	2.249	2.385	2.249
			1.540.504	1.621.540	1.540.504	1.621.540
			6.323.284	6.536.537	6.323.284	6.536.537
Passivos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Instrumentos Financeiros Derivativos	23.1.2					
Derivativos de debêntures		Nível 2		26.133		26.133
			-	26.133	-	26.133
Custo amortizado						
Fornecedores	12	Nível 2	609.731	701.956	609.731	701.956
Debêntures	14	Nível 2	4.944.154	4.944.154	4.801.477	4.941.463
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	10	Nível 2	9.377	27.955	9.377	27.955
Arrendamentos e aluguéis		Nível 2	23.342	24.308	26.208	27.000
Passivos financeiros setoriais	6	Nível 2	283.885	372.601	283.885	372.601
			5.870.489	6.070.974	5.730.678	6.070.975
			5.870.489	6.097.107	5.730.678	6.097.108

23.1.2 Instrumentos financeiros derivativos

Segue abaixo o quadro contendo as principais informações a respeito dos derivativos contratados pela Companhia:

Contraparte	Vigência	Posição	Nocional BRL	2026	31/12/2025		Valor Justo Líquido	2025
				Efeito Resultado	Ativo	Passivo		Efeito Resultado
Safrá	12/02/2021 a 15/01/2026	IPCA + 3,91% a.a./CDI + 1,50% a.a.	700.000	385	471.277	(376.233)	95.044	8.956
XP Investimentos	15/06/2022 a 15/08/2025	IPCA + 5,91% a.a./CDI + 0,15% a.a.	329.605	-			-	33
				385	471.277	(376.233)	95.044	8.989

Os impactos dos ganhos e perdas no período de 2026, assim como a movimentação dos derivativos foram:

	Saldo em 31/12/2025	Liquidação	Efeito no Resultado	Saldo em 31/03/2026
			Variação monetária e cambial	
Swap				
Debêntures	95.044	(95.429)	385	-
Total	95.044	(95.429)	385	-

23.1.2.1 Contratos de swap

As informações dos derivativos contratados estão apresentadas na nota explicativa 28.1.3.1 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, o qual liquidado em 15 de janeiro de 2026.

23.2 Gestão de riscos

As informações referentes à gestão de riscos foram apresentadas nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, nota explicativa 28.2, e não sofreram alterações para o período de 31 de março de 2026.

23.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

As Debêntures captadas pela Companhia, apresentados na nota explicativa 14, possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associado à CDI e IPCA.

Deve-se considerar que a Companhia está exposta à oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações.

A Companhia está exposta ao risco de variação cambial, atrelado ao Dólar, por meio dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, contudo, as alterações de variação cambial são repassadas integralmente ao consumidor na tarifa, por meio do mecanismo da CVA.

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



23.2.1.1 Análise de sensibilidade

Operação	Risco	Saldo da exposição	Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
			Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	273.909	3.080			3.080	716	1.412	(736)	(1.494)
Títulos e valores mobiliários	CDI	91	3			3	1	1	(1)	(1)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	274.000	3.083	-	-	3.083	717	1.413	(737)	(1.495)
Debêntures	CDI	(3.968.711)	(485.356)	(1.109.335)	(132.948)	(1.594.691)	(391.525)	(781.829)	404.997	811.660
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(3.968.711)	(485.356)	(1.109.335)	(132.948)	(1.594.691)	(391.525)	(781.829)	404.997	811.660
		(3.694.711)	(482.273)	(1.109.335)	(132.948)	(1.591.608)	(390.808)	(780.416)	404.260	810.165
Debêntures	IPCA	(870.192)	(112.692)	(409.055)	(670.733)	(1.192.480)	(161.650)	(337.726)	148.437	284.770
Instrumentos financeiros passivos	IPCA	(870.192)	(112.692)	(409.055)	(670.733)	(1.192.480)	(161.650)	(337.726)	148.437	284.770

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI e IPCA estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.
Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 4,25% e 21,96% a.a.; e IPCA entre 1,57% e 8,06% a.a.

23.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre as debêntures captadas pela Companhia são apresentados na nota 14.
A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de março de 2026, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/03/2026					31/12/2025		
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	AVP	Total	Total
Passivos financeiros								
Fornecedores	425.034	84.156	100.541				609.731	701.956
Outras contas a pagar - Partes relacionadas			84	9.293			9.377	27.955
Debêntures			610.080	4.191.397			4.801.477	4.941.463
Juros vencidos de empréstimos, financiamentos e debêntures			650.456	13.745	957.688		1.621.889	3.003.593
Derivativos							-	26.133
Arrendamentos e aluguéis	642	633	5.437	18.421	13.771	(12.696)	26.208	27.000
Passivos financeiros setoriais			283.885				283.885	372.601
	<u>425.676</u>	<u>84.789</u>	<u>1.650.483</u>	<u>4.232.856</u>	<u>971.459</u>	<u>(12.696)</u>	<u>7.352.567</u>	<u>9.100.701</u>

Adicionalmente, a Companhia possui em seu Contrato de Concessão cláusula de Equilíbrio Econômico-Financeiro para restabelecer alterações significativas nos custos, incluindo as modificações de tarifas de compra de energia elétrica e encargos de acesso aos sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica ou na hipótese de alteração unilateral do contrato, o que garante maior estabilidade na gestão do risco de liquidez da Companhia.

23.2.2.1 Risco de sobrecontratação

As informações referentes ao risco de sobrecontratação foram apresentadas nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, nota explicativa 28.2.2.1, e não sofreram alterações para o período de 31 de março de 2026.

23.2.2.2 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas (*Covenants*), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índice financeiro.
Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de dívida pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 14. Até a emissão das demonstrações contábeis intermediárias de 31 de março de 2026 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

23.2.2.2.1 Capital Circulante Líquido - CCL

O capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 31 de março de 2026 foi negativo em R\$575.186 (R\$827.735 negativo em 31 de dezembro de 2025). O capital circulante líquido negativo é proveniente, principalmente, dos dividendos pagos. A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, apresentando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo, tendo em vista as receitas futuras do negócio e caso seja necessário, serão realizadas novas captações de dívida devido o amplo acesso ao mercado de capitais da Companhia (Nota 1). Adicionalmente, a Administração acompanha constantemente a sua liquidez e possui estratégias suficientes para fazer frente às suas necessidades de caixa não apenas de curto prazo, mas também de longo prazo.

23.2.3 Risco hidrológico

A matriz energética brasileira é predominantemente hídrica e um período prolongado de escassez de chuva reduz o volume de água nos reservatórios das usinas hidrelétricas, ocasionando um aumento no custo de aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação nos valores de encargos de sistema elétrico em decorrência do aumento do despacho das usinas termoeletricas, gerando maior necessidade de caixa e consequentemente de aumentos tarifários futuros para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão da Companhia. A Companhia mantém o monitoramento constante do risco de racionamento. Há três vertentes principais de atuação: (i) monitoramento das condições energéticas do sistema, que inclui a avaliação do cenário de oferta e demanda, das variáveis macro e microeconômicas, e das especificidades de cada mercado; (ii) gestão ativa do portfólio para a otimização dos recursos e mitigação do risco pela composição do *hedge*; e (iii) controle independente do risco de mercado da geração hídrica.

23.2.4 Risco de crédito

As informações referentes ao risco de crédito relacionados a Consumidores e Concessionárias, Ativo financeiro indenizável e Ativos financeiros setoriais foram apresentadas nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, nota explicativa 28.2.4, e não sofreram alterações para o período de 31 de março de 2026.

• Caixa, Equivalentes de caixa e Cauções

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.
Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.
As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Tratando-se de aplicações financeiras vinculadas à CDB ou lastreadas em debêntures, a Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo "A" na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Segue abaixo os montantes de aplicações financeiras segregadas por classificação de riscos:

	Nota	31/03/2026	31/12/2025
Classificação da instituição financeira			
AAA		240.497	386.220
AA		33.412	70.171
	4	273.909	456.391

23.2.5 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinarciar as dívidas existentes.

	31/03/2026	31/12/2025
Total dos empréstimos e debêntures	4.800.562	4.846.419
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(328.939)	(501.221)
(-) Títulos e valores mobiliários	(91)	(88)
(-) Cauções	(130)	(130)
Dívida líquida	4.471.402	4.344.980
Total do Patrimônio Líquido	1.145.132	1.026.600
Total do capital	5.616.534	5.371.580
Índice de alavancagem financeira - %	79,61%	80,89%

24

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

24.1

Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

			Efeito não caixa				
		Saldo em 31/12/2025	Efeito caixa	Variação monetária e cambial	Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições/ baixas	Saldo em 31/03/2026
Nota							
(Aumento) diminuição de passivos de financiamento							
Dividendos	13	931.334				22.250	953.584
Debêntures	14.2	4.941.463	(311.202)	16.613		154.603	4.801.477
Instrumentos Financeiros Derivativos	23.1.2	(95.044)	95.429	(385)			-
Arrendamentos e aluguéis		27.000	(1.941)		825	318	26.202
		5.804.753	(217.714)	16.228	825	177.171	5.781.263

	Saldo em 31/12/2024	Efeito caixa	Efeito não caixa			Saldo em 31/03/2025
			Variação monetária e cambial	Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições/ baixas	
(Aumento) diminuição de passivos de financiamento						
Dividendos	678.243					678.243
Debêntures	4.519.657	(539.657)	44.285	1.442	97.460	4.123.187
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	32.990	(4.573)	513		632	29.562
Instrumentos Financeiros Derivativos	(151.118)	67.404	(4.404)	(4.585)		(92.703)
Arrendamentos e aluguéis	24.310	(10.679)		788	13.147	27.566
	5.104.082	(487.505)	40.394	(2.355)	111.239	4.765.855

24.2

Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2), as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2026	2025
Constituição de dividendos e JSCP a pagar	22.250	
Capitalização de juros de empréstimos e debêntures aos Ativos da concessão	658	2.058
Capitalização nos Ativos da concessão relativos a contingências	(1.264)	
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado	318	13.147
Total	21.962	15.205

25

Compromissos contratuais

Em 31 de março de 2026 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, dispostos por maturidade de vencimento, não reconhecidos nas demonstrações contábeis intermediárias.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) da Companhia.

	31/03/2026				31/12/2025
	2027	2028 e 2029	2030 e 2031	A partir de 2032	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	95.507	33.404	1.760		130.671
Obrigações de compra					
Compra de energia	1.890.996	3.723.301	3.100.098	11.187.648	19.902.043
Encargos de conexão e transporte de energia	690.076	1.536.873	1.373.128	4.482.870	8.082.947
Materiais e serviços	858.827	878.757	387.528	34.684	2.159.796
	3.535.406	6.172.335	4.862.514	15.705.202	30.275.457
					21.371.712

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de março de 2026, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/03/2026				31/12/2025	
	2027	2028 e 2029	2030 e 2031	A partir de 2032	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	91.665	37.013	2.318		130.996	222.306
Obrigações de compra						
Compra de energia	2.339.585	4.306.877	4.273.884	21.753.876	32.674.222	25.638.808
Encargos de conexão e transporte de energia	846.586	1.764.376	1.764.376	7.719.145	12.094.483	2.065.686
Materiais e serviços	824.368	985.486	525.273	60.763	2.395.890	2.733.894
	4.102.204	7.093.752	6.565.851	29.533.784	47.295.591	30.660.694
	*	*	*			

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Manuel Brito Martins
Presidente
Maria Marta de Figueiredo Gerales
Conselheira

Dyogenes Rosi
Vice-Presidente
Pompeu Freire de Mesquita
Conselheiro

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Dyogenes Rosi
Diretor-Presidente e Diretor de Gestão de Ativos
Leandro Carron Rigamontte
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Vanessa Bomfim Lugon Hemerly
Diretora Comercial e Diretora de Planejamento e Engenharia
Hugo Renato Anacleto Nunes
Diretor de Regulação

Marcos Alexandre de Campos
Diretor de Relações Institucionais e Diretor de Distribuição

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamontte
Diretor - Accounting SA

Cleber dos Santos Lima
Contador - CRC 1SP301263/O-8

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais



Conforme Art.21 da Instrução CVM nº 80/22, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



Todas as informações julgadas relevantes pela Companhia estão contempladas no Comentário de Desempenho e nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas
EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 –Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins do IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada em todos aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 6 de Maio de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Lia Marcela Rusinque Fonseca
Contadora CRC 1SP29116/O-4

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

De acordo com artigo 26 do Estatuto Social da Companhia, amparado pelo Capítulo XIII da Lei nº 6.404, a Companhia terá um Conselho Fiscal não permanente eleitos pela Assembleia Geral que deliberar sua instalação.

A Assembleia Geral da EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A., realizada em 6 de maio de 2026, não deliberou a instalação do Conselho Fiscal ou Órgão equivalente.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Administradores da Companhia, em atendimento ao disposto no inciso VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Instrução CVM nº 80/2022, declaram que em 06 de maio de 2026, reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia para o período encerrado em 31 de março de 2026.

DYOGENES ROSI

Diretor Presidente e Diretor de Gestão de Ativos

MARCOS ALEXANDRE DE CAMPOS

Diretor de Distribuição e Diretor de Relações Institucionais

LEANDRO CARRON RIGAMONTTE

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

VANESSA BOMFIM LUGON HEMERLY

Diretora Comercial e Diretora de Planejamento e Engenharia

HUGO RENATO ANACLETO NUNES

Diretor de Regulação

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os Administradores da Companhia, em atendimento ao disposto no inciso V do parágrafo 1º do artigo 27 da Instrução CVM nº 80/2022, declaram que, em 06 de maio de 2026, reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia para o período encerrado em 31 de março de 2026, bem como declaram que nessa mesma data, reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

DYOGENES ROSI

Diretor Presidente e Diretor de Gestão de Ativos

MARCOS ALEXANDRE DE CAMPOS

Diretor de Distribuição e Diretor de Relações Institucionais

LEANDRO CARRON RIGAMONTTE

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

VANESSA BOMFIM LUGON HEMERLY

Diretora Comercial e Diretora de Planejamento e Engenharia

HUGO RENATO ANACLETO NUNES

Diretor de Regulação